



A MERCANTILIZAÇÃO CULTURAL E O PROCESSO PARTICIPATIVO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS

REIS, Marina Gowert dos
Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
marinagowertdosreis@gmail.com

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen
Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
renata_albernaz@terra.com.br

1

RESUMO

Uma das principais ideias nas quais esse artigo debruça-se é o fato de que o patrimônio cultural é, em suma, uma representação da identidade de uma comunidade, que vem de sua memória coletiva. Assim, observam-se autores que tratam dessa questão com o objetivo de propor maneiras de conduzir processos de patrimonialização que incluam as comunidades como integrantes do sentido que tais bens patrimoniais possuem. Defende-se a concepção do profissional do patrimônio que adote uma abordagem participativa na instância de estudar um bem e uma comunidade, a partir das pesquisas de Jean-Louis Tornatore; o mercantilismo do patrimônio cultural como potencializador do poder das comunidades, a partir de Llorenç Prats; e, em contraponto, a visão de Françoise Choay contra as interferências aos bens patrimoniais, que impediriam a experiência do mesmo.

Palavras-chave: Memória das comunidade. Mercantilização do Patrimônio Cultural. Processo de Patrimonialização.

ABSTRACT

One of the main ideas on which this paper focuses is the fact that cultural heritage is, in short, a representation of the identity of a community, which comes from their collective memory. Thus, it is observe that the authors address this issue with the aim of proposing ways to lead heritage processes including the communities as a important part to the construction of the meaning that those assets will equity. It is argued that the professional that conducts the heritage process should adopt a participatory approach in the instance of studying a heritage assets and the community related to it, from the research of Jean-Louis Tornatore; the cultural heritage's mercantilism as a enhancer of the power of communities, from Llorenç Prats; and, in contrast, the view of Françoise Choay, that stands against the interference to heritage assets, which would inhibit the experience of it.

Key-words: Memory of communities. Cultural Heritage's Mercantilism. Heritage Process.



INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo está em considerar questões e conceitos que permeiam a ideia de processo de patrimonialização, ou seja, o caminho pelo qual um bem é valorado e considerado procedimentos oficiais/estatais/normativos de patrimonialização em si, mas sim como um processo social de associação de valores patrimoniais aos bens culturais, e de estratégias por meio das quais a comunidade e demais atores envolvidos, criam ou constroem essa ativação. Ainda assim se observa a questão mercantil na qual a categoria patrimonial encontra-se inserida, em especial para compreender o panorama no qual as memórias das comunidades estão inseridas. Nesse intuito pretende-se compreender como tais processos podem considerar a memória das comunidades envolvidas.

Esse aporte teórico é construído a partir da observação das teorias de autores que tratam desses assuntos na atualidade. São utilizados três autores principais: Françoise Choay, Jean-Louis Tornatore e Llorenç Prats. Choay (2006) é historiadora das teorias e das formas urbanas, e em suas pesquisas atenta para os riscos que a patrimonialização podem trazer para o patrimônio histórico e para a experiência que o indivíduo terá na presença do mesmo. Tornatore foi assessor da Diretoria Regional de Assuntos Culturais Lorraine, sendo que hoje é professor de antropologia, assim tendo conhecimento prático do processo de patrimonialização, uma vez que trabalhou em órgão governamental que regula tais práticas, e teórica, sendo professor e pesquisador da área de antropologia. Suas pesquisas refletem sua trajetória, dado que ilustra suas teses com exemplos que observou. Llorenç Prats é professor de antropologia, com pensamento voltado para o patrimônio local, baseando alguns estudos na observação de acontecimentos na região da Catalunha. Apresenta uma visão “realista” dos processos de patrimonialização, destacando seus benefícios e malefícios, e ainda pragmatizando a oposição entre força política, conhecimento científico e comunidades.

Desta forma, traz-se inicialmente estudos que consideram o patrimônio cultural como uma categoria, a fim de observar conceitos que se adequem à essas visões de processo de patrimonialização, que serão pontuadas em um segundo momento. A fim de conhecer o tema, faz-se uma análise das teorias propostas por esses autores, tendo como base suas obras,



conectando-as em pontos semelhantes e observando oposições, buscando compreender o lugar da memória das comunidades nos processos de valoração de bens patrimoniais.

PATRIMÔNIO CULTURAL: EM BUSCA DE DIFERENTES CONCEPÇÕES

Françoise Choay (2006) defende o patrimônio ligado à ideia de monumento histórico, como um dos “personagens da alegoria” patrimonial, mas que, a partir de uma função antropológica, não seria somente uma representação de um tempo, um meio que levaria a uma informação, mas sim uma forma material de se tocar uma memória viva. Aí se encontraria a essência do monumento, que é levar os indivíduos à experienciar o tempo passado: “o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (CHOAY, 2006, p. 18). Além disso, Choay vê o patrimônio cultural como uma categoria que atualmente, perante as características multiculturais e de diversidade identitária, remete à um norteador para a sociedade:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, ‘patrimônio histórico’ tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11)

Vale destacar aqui que para Poulot, o patrimônio cultural não é o passado, estando a sua finalidade na certificação de identidades e na afirmação de valores (POULOT, 2009). O patrimônio cultural, e a presença dos bens inspiram uma situação de estranheza. Assim:

A atitude patrimonial compreende dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recreação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhos do tempo remoto na atualidade. (POULOT, 2009, p. 14)

Assim, o patrimônio cultural na atualidade é um espelho para os indivíduos, contribuindo para revelar a identidade de cada um, sendo o “lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p. 14).

Jean-Louis Tornatore (2010) apresenta o patrimônio cultural a partir de sua visão



antropológica. Critica a própria “pretensão” francesa que acredita ter criado o próprio sentido de patrimônio, e pontua sua inquietação perante a contradição desse tradição, que se origina de uma concepção hierarquizada de cultura, compreendendo a elevação do indivíduo através da mesma, destacando como cultura apenas as “mais altas obras do espírito humano ” (TORNATORE, 2010, p. 7). Nessa posição, o autor sempre defendeu a inclusão, na legislação nacional francesa, das questões colocadas pela UNESCO sobre o patrimônio imaterial, estas que destacam as expressões culturais tradicionais e populares, buscando a propriedade intelectual e a proteção econômica das mesmas.

Assim, observa-se que Tornatore trata as questões patrimoniais a partir de uma visão que não parte de ideias pré-concebidas, propondo uma visão do patrimônio cultural calcada na antropologia. Seguindo a luz de Hartog (2003), ele afirma que o patrimônio celebra o passado, mas não é o passado, e sim a presença do mesmo no presente, sendo, assim, “a maneira pela qual as coisas do passado nos são apresentadas” (TORNATORE, 2010, p. 19); e ainda que essa presença é organizada pelas comunidades, sendo essa uma forma dessas entenderem e construírem suas identidades e situarem-se no tempo presente.

Tornatore, assim, defende que, no contexto da França atual, o patrimônio cultural teria, para as comunidades, um espírito distinto daquele vinculado ao desenvolvimento da representação de nação, no sentido do Estado moderno (onde se entendia o patrimônio como identitário e territorial). O patrimônio passa, então, a representar uma ruptura com o passado, que, a partir desse momento, não mais representa a nação. Vira uma forma de identidade que está relacionada à grupos, e não à uma totalidade teoricamente homogênea. Observa-se, assim, uma emergência de memórias particulares, dos indivíduos, e neste ponto percebe-se que existe “de um lado uma descentralização da decisão e uma baixa iniciativa do Estado em proveito das coletividades locais e territoriais, e de outra parte, uma setorização de identidades associadas” (TORNATORE, 2010, p. 17). Por outro lado, isso também têm gerado, segundo Tornatore (2010, p. 16), o que Pierre Nora nos anos 1970-1980 chamava de “proliferação patrimonial”, então relacionado com o suposto exagero de dispositivos de gestão patrimonial praticado pelo Estado. Nesse contexto, o patrimônio não é mais representativo da totalidade da nação, mas sim encontram-se diversos patrimônios, representativos de determinadas comunidades.

É nesse panorama que Tornatore afirma suas concepções patrimoniais, considerando os



problemas da normativa francesa em analisar as práticas culturais populares, localizando nessas o patrimônio imaterial e os novos sentidos do patrimônio, diferenciados de uma noção totalizante e mais próximo aos indivíduos. Assim, o patrimônio é o passado no presente, a representação hoje do ontem, as ressignificações que constroem sentido de identidade na atualidade, e também refere-se aos saberes “que possuem a particularidade de fazer retornar as coisas do passado para inventar um futuro – um passado celebrado é um passado que se torna factível para o futuro” (TORNATORE, 2010, p. 20).

Tornatore (2010) e Choay (2006) consideram o patrimônio cultural como uma forma de passado no presente, entretanto, desenvolvem tal conceito de maneiras distintas. Enquanto Tornatore fala do imaterial, do coletivo que faz o passado retornar, para Choay essa percepção está atrelada à materialidade. O monumento é testemunha do passado, e deve ser conservado e preservado para estar “vivo” no presente, possibilitando que os indivíduos possam presenciar o passado (CHOAY, 2006).

O patrimônio, e também os processo de ativação patrimonial, são, para Prats (2006), meios que tem a função de consagrar discursos identitários, no âmbito nacional, regional ou local. Assim, tem-se a materialidade, as “reliquias patrimoniais”, os referenciais de um tempo passado, sendo o passado um tempo fora do tempo, inalcançável, e as reliquias de natureza supostamente indômita, puras de contaminação, como “espaço fora do espaço culturalmente domesticado¹” (PRATS, 2006, p. 72).

Assim, patrimônio é visto a partir de uma relação de poder, de um processo de seleção de bens que serão considerados patrimoniais, e que serão preservados, conservados, no qual os seus referentes, para que tenham um efeito social, precisam ser ativados. A ativação ocorre por meio de um processo de seleção, “que conduz necessariamente à formação de discursos patrimoniais, tradicionalmente destinados a manter e sacralizar versões ideológicas da identidade (das identidades)²” (PRATS, 2006, p. 72). Os referentes são ponderados pela comunidade científica, mas também pelo consenso social, em uma situação de enfrentamento

¹ Tradução livre da autora. Texto original: “espacio fuera del espacio culturalmente domesticado” (PRATS, 2006, p. 72).

² Tradução livre da autora. Texto original: “que conduce necesariamente a la formación de discursos patrimoniales, tradicionalmente destinados a sostener y sacralizar versiones ideológicas de la identidad (de las identidades)” (PRATS, 2006, p. 72).



de opiniões. Aliás, acrescenta o autor, tal relação de poder não está somente na dicotomia entre comunidade científica e consenso social, mas também na hierarquia que aponta agentes relacionados às instâncias governamentais que têm poder de institucionalizar bens patrimoniais. Assim, Prats (1998) afirma que esse poder está, em primeira instância, nos poderes constituídos, os governos; em segunda instância no poder político informal, na figura da oposição política; e em terceira instância na sociedade civil, dos agentes sociais diversos, quando contam com algum suporte do poder constituído.

O patrimônio cultural é, assim, uma invenção e uma construção social, usando termos que poderiam ser contrapostos, mas que funcionam a partir de um mesmo processo. O processo de invenção estaria conectado à geração de discursos sobre a realidade, enquanto a construção social remete aos processos de legitimação, de assimilação desses discursos. Isso justifica-se no fato de que “nenhuma invenção adquire autoridade se não for legitimada como construção social e que nenhuma construção social se produz instantaneamente sem um discurso prévio inventado³” (PRATS, 1998, p. 64).

Enfatizando a importância de uma análise específica por parte do cientista social, quando integrado à um processo de patrimonialização, Prats afasta suas ideias do conceito de patrimônio como símbolo, como referente, e o trata como potência presente. Essa presença é diferente da defendida por Choay, que trata da materialidade. Para Prats, “nossa herança, nosso verdadeiro patrimônio como espécie, está constituído pela acumulação da experiência cultural humana em toda sua profundidade e diversidade e é uma herança irrenunciável, da qual, por outra parte, estamos vivendo⁴” (PRATS, 2005, p. 23).

Prats vê a questão patrimonial a partir de pares que se complementam: invenção e construção social, comunidade científica e consenso social. Ainda assim, apresenta uma visão do patrimônio (especialmente no caso do patrimônio local) a partir de uma dinâmica cultural que o torna um instrumento social à serviço das comunidades (PRATS, 2005). E por mais que considere os bens materiais como referenciais do tempo passado, atenta-se às pessoas, aos

³ Tradução livre da autora. Texto original: “que ninguna invención adquire autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado” (PRATS, 1998, p. 64).

⁴ Tradução livre da autora. Texto original: “Nuestra herencia, nuestro verdadero patrimonio como especie, esta constituido por la acumulación de la experiencia cultural humana en toda su profundidad y diversidad y es una herencia irrenunciable, de la que, por otra parte, estamos viviendo” (PRATS, 2005, p. 23).



saberes, ao conhecimento que o patrimônio traz, como forma de transformar o patrimônio em poder, seja econômico, seja identitário (PRATS, 2005). Esse pensamento não parte tanto do patrimônio imaterial, mas sim de uma valorização das comunidades.

Ponderando tais relações do patrimônio cultural e as comunidades nas quais os bens estão inseridos ou conectados, agrega-se o conceito de memória coletiva, que vem do pensamento de Halbwachs (2009) que diz que tudo que constitui a memória dos indivíduos é coletivo, social, influenciado pelo grupo no qual o sujeito se insere, uma vez que é a partir da colocação na corrente de pensamento coletivo e no ponto de vista do grupos que se tem a capacidade de lembrar.

Já Candau chama a memória relativa à memória coletiva de metamemória, que é compartilhada no berço do grupo e constituidora de sua identidade. Essa construção organiza-se a partir da relação entre patrimônio, memórias e identidades, em especial quando Candau (2012) afirma que:

A elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidade colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras [...] O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma. (CANDAU, 2012, p. 163-164)

E, assim, a memória coletiva forma-se no compartilhamento de lembranças pelos indivíduos da comunidade, e, inerente à ela, constrói-se a identidade da mesma. A identidade no âmbito coletivo se dá, em especial, pela sua representação, sua materialização, através da associação a objetos que representam a comunidade, em sua memória mais amplamente compartilhada. Esse contexto, explicitado por Candau (2012), relaciona-se ao que Prats (2005) sobre a relevância de considerar a memória das comunidades em um processo de valorização de bem patrimonial. E, assim, entende-se que o patrimônio “escolhido” pela comunidade é uma materialização e representação de sua identidade, processo que compreende os trâmites da constituição da memória, e também uma forma de manutenção da memória (CANDAU, 2012), por carregar todos esses significados e internalização de lembranças sociais.

A partir da observação dos conceitos de patrimônio trazidos por diferentes autores identifica-se pontos de aproximação e de distinção. É recorrente o pensamento do patrimônio cultural como o passado que se faz presente. Aqui se atenta à nuance que traz o patrimônio



como a forma que o passado faz-se presente na atualidade (TORNATORE, 2010), sendo que essa presença é organizada pelas comunidades. Assim é estruturada uma outra dimensão do patrimônio cultural, que fala da dicotomia entre o poder político organizado, com suas normativas, e as comunidades, que passam por processos empíricos e orgânicos de valoração de bens patrimoniais. É a partir de memórias que os indivíduos “elevam” determinados bens, afixando-se a eles como representantes de suas identidades (PRATS, 2005), especial na instância das comunidades, dos grupos, uma vez que um bem patrimônio seria, em suma, uma forma material da identidade coletiva que se instaura nesses âmbitos.

DO PATRIMÔNIO AO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO: O CAMINHO ENTRE AS MEMÓRIAS E A PROTEÇÃO PATRIMONIAL

No âmbito conceitual, de um processo orgânico que ocorre no interior das comunidades, não necessariamente ligado às normativas oficiais, a patrimonialização envolve um processo que busca valorar os bens, promovendo a ativação dos mesmos. O termo “ativação” se refere aos diferentes modos que um bem patrimonial pode ser ativado, e ela é baseada em três princípios, segundo PRATS (2006): o objeto, o lugar e a manifestação. Objetos, são os museus, as coleção, delimitados a partir de um significado compartilhado; os lugares designam os monumentos, os espaços naturais, que tem, na unidade material do bem, todo o seu significado e carga simbólica; e as manifestações falam dos referentes patrimoniais que existem a partir da produção ou representação, como é o caso das tradições culturais, as celebrações, os modos de fazer, os bens classificados como imateriais e as pessoas conectadas à eles.

Não se pode deixar de perceber que, na atualidade, vive-se um momento de mercantilização do patrimônio cultural (PRATS, 2006). Esse fato é observado na indústria do turismo a sítios históricos, museus, monumentos, em interesses que passam pela curiosidade ao passado, até ao lazer propriamente dito. O crescimento desse interesse turístico é, para Prats (2006), uma consequência do aumento da capacidade aquisitiva dos indivíduos, bem como fruto da instituição do tempo livre nas legislações trabalhistas. Tal uso movimentada a economia em torno dos bens patrimoniais, sendo esses, assim, uma forma de subsistência econômica, tanto para o governo como para as comunidades. Nesse panorama, os bens patrimoniais sofrem



alterações como forma de se adequarem às novas demandas, fazendo com que “as ativações patrimoniais passam, de certo modo, de um refletir nossas diferentes identidades, para um refletir as diferentes identidades dos outros⁵” (PRATS, 2006, p. 74). Ainda assim, Prats defende que “ainda que o patrimônio não seja a identidade, não há que duvidar que seus referentes mantenham um caráter de sacralidade para o grupo⁶” (PRATS, 2006, p. 78).

No caminho do processo de mercantilização do patrimônio há casos de processos de patrimonialização em que a espetacularização foi a potencia para reavivar a memória e a afirmação patrimonial. Esse foi o caso do Alto forno de Uckange⁷, analisado por Tornatore (2010), onde o “espetáculo” ganhou um sentido distinto, sendo o valor artístico uma forma de fundar o monumento, fazendo dele patrimônio. Tal bem, de importância social e histórica, estava “adormecido”, suas estruturas não eram observadas, não funcionavam nem como produto cultural nem como fonte de conhecimento. Assim, iniciou-se um projeto onde Claude Lévêque, artista francês de renome internacional, fez a projeção visual de uma obra sua sobre o monumento, projeto financiado por diversos órgão governamentais franceses, além do Fundo Europeu. Assim, em outubro de 2007, 12 anos após esse bem ter sido inscrito no inventário, a exposição foi inaugurada. Ainda que o espetáculo fosse constituído em torno de uma exposição artística, o alto forno tinha uma outra função: durante o dia era possível participar de uma visita guiada às instalações, conduzida por siderúrgicos aposentados, que trabalharam no local e falavam sobre o mesmo. No período da noite, a exposição da obra sobreposta acontecia. Essas duas faces do monumento complementavam-se mutuamente. Entretanto, um foi a condição do outro: sem a obra de arte não haveria objeto de história (TORNATORE, 2010), sendo que “a monumentalização procede de um trabalho de imaginação no sentido da produção de uma imagem do patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 12).

Entretanto, essas duas faces do alto forno de Uckange enfrentaram-se em um relação de disputas. O artista não compreende os indivíduos que queriam organizar visitas guiadas ao

⁵ Tradução livre da autora. Texto original: “las activaciones patrimoniales pasan, en cierto modo, de reflejar los distintos nosotros de nosotros a reflejar el (o los) nosotros de los otros” (PRATS, 2006, p. 74).

⁶ Tradução livre da autora. Texto original: “Aunque el patrimonio no sea la identidad, no hay que olvidar que sus referentes mantienen un carácter de sacralidad para el grupo” (PRATS, 2006, p. 78).

⁷ Um alto forno é um elemento central de uma usina siderúrgica, uma estrutura de metal de grande extensão. O caso em questão fala do auto forno localizado na cidade de Uckange, desativado em 1991, e inscrito, junto à edifícios e máquinas da cadeia de produção da usina, no inventário suplementar dos monumentos históricos desde 1995.



espaço, e a comunidade relacionada ao alto forno sente-se excluída. Além desse ponto, a comunidade contestou os custos da realização da obra, ainda mais no contexto socioeconômico que a cidade encontrava-se, que, segundo Tornatore (2010), não era favorável. Entretanto, tal caso mostra que o referencial patrimonial por si só, como vestígio do passado, não é patrimônio, pois “considerar o patrimônio como vestígio, não é mais do que cumprir a metade do caminho. Para que exista essa presença viva, é preciso seguir na vida da imaginação: sem imaginação, não há patrimônio” (TORNATORE, 2010, p. 13).

Prats (2005; 2006) também observa a relação entre o patrimônio cultural e a sua mercantilização a partir de uma perspectiva positiva, ainda que a segunda traga modificações ao primeiro. Essa afirmação está, especialmente, no fato de que a eficácia da ativação simbólica de um bem patrimonial pode ser medida através da aceitação do público, em especial nas atrações turísticas, de acordo com o número de visitantes (PRATS, 2006). Um lado negativo desse panorama seria o fato de que, atualmente, os processos de patrimonialização sejam conduzidos por uma linha na qual a representação de discursos identitários seja construída para os “outros” (os que não fazem parte da comunidade próxima aos referentes), o que pode criar um problema identitário a partir de uma banalização excessiva, em uma perspectiva na qual “as ativações patrimoniais passam, de certo modo, de um refletir nossas diferentes identidades, para um refletir as diferentes identidades dos outros⁸” (PRATS, 2006, p. 74). Ainda assim, Prats defende que “ainda que o patrimônio não seja a identidade, não há que duvidar que seus referentes mantenham um caráter de sacralidade para o grupo⁹” (PRATS, 2006, p. 78).

Dessa forma, os processos de patrimonialização encontram referentes que devem ser ativados perante uma diversidade de valores, em especial os valores identitários de comunidades envolvidas. O que torna um referente relevante, e o processo de patrimonialização bem-sucedido aos moldes do mercantilismo patrimonial, em especial no âmbito local, são as memórias das comunidades e a presença dessas no “espetáculo patrimonial”. Mais ainda, “no âmbito local, o ideológico se torna *vivencial* [...] e isto nos revela a verdadeira natureza do

⁸ Tradução livre da autora. Texto original: “las activaciones patrimoniales pasan, en cierto modo, de reflejar los distintos nosotros de nosotros a reflejar el (o los) nosotros de los otros” (PRATS, 2006, p. 74).

⁹ Tradução livre da autora. Texto original: “Aunque el patrimonio no sea la identidad, no hay que olvidar que sus referentes mantienen un carácter de sacralidad para el grupo” (PRATS, 2006, p. 78).



patrimônio local, que se baseia na memória¹⁰” (PRATS, 2005, p. 26). Entretanto, essas memórias são coletivas, são construções sociais: “a memória, em todos os casos, é mutável, seletiva, diversa, contraditória e relativa às situações, interesses e interrelações do presente¹¹” (PRATS, 2005, p. 26), mas constituem um conjunto de discurso da comunidade sobre a comunidade. É a partir dessa memória que a comunidade irá determinar à quais referentes patrimoniais irá fixar seus discursos identitários. Esse é um processo de embate de poderes, e que os poderes instituídos precisam considerar as comunidades, que não tem o poder, mas influenciam as decisões:

Isso confere aos processos de patrimonialização, em um nível local, um potencial de reflexividade e de complexidade dialética na formalização dos discursos muito maior do que em qualquer outro nível, assim como uma ampliação na margem de manobra para refletir uma realidade igualmente multifacetada e mutante. [...] A valoração e ativação dos referentes patrimoniais não corresponde à população, mas aos poderes locais, que se veem forçados a refletir as sensibilidades majoritárias da população e seguir com o processo, com riscos de perder apoios políticos (eleitorais ou clientelistas, ou de ambos), o que raramente acontece.¹² (PRATS, 2005, p. 26)

A dialética dos discursos e representações de uma comunidade precisa, em um processo de patrimonialização, ser buscada, encontrada. Tornatore (2010) e Prats (2005) defendem que essa é prática possível quando se adota uma postura participativa na investigação das memórias que acompanham os referentes, construindo, assim, uma valoração pertinente à população e aos “outros” que irão acessar tal patrimônio. Para tanto, os profissionais desses processos devem ter a habilidade de compreender a população e de trabalhar junto a ela, fazendo com que a comunidade seja parte integrante do processo de patrimonialização (PRATS, 2005). Na ideia de atuação do profissional no processo de patrimonialização, está o caso do Castelo de Luneville, analisado por Tornatore.

¹⁰ Tradução livre da autora. Texto original: “en el ámbito local, por decirlo así, lo ideológico se torna *vivencial* [...] y esto nos revela la verdadera naturaliza del patrimonio local, que se basa en la memoria” (PRATS, 2005, p. 26)

¹¹ Tradução livre da autora. Texto original: “La memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa en todo caso a las situaciones, intereses e interrelaciones del presente” (PRATS, 2005, p. 26).

¹² Tradução livre da autora. Texto original: “Esto confiere a los procesos de patrimonialización a nivel local un potencial de reflexividad y complejidad dialéctica en la formalización de los discursos mucho mayor que la de cualquier otro nivel, así como un amplio margen de maniobra para reflejar una realidad asimismo igualmente poliédrica u cambiante. [...] La puesta en valor y activación de los referentes patrimoniales no corresponde a la población, sino a los poderes locales, pero estos poderes se ven forçados a reflejar las sensibilidades mayoritarias de la población al respecto y darle curso, so pena de perder apoyos políticos (electorales o clientelares, o de una y otra condición a la vez), lo cual raramente se pueden permitir” (PRATS, 2005, p. 26).



O castelo tratado nesse caso está localizado na Lorena, região do nordeste da França, em Luneville, próximo a Nancy. O local foi a última residência dos últimos Duques da Lorena, em período anterior à reanexação do Ducado à França em 1766. Possui valor histórico, e também patrimonial, por ser considerados uma das mais grandiosas construções arquitetônicas do século XVIII na Lorena, frisando que foi ainda reconstruído entre 1703 e 1723 seguindo inspiração arquitetônica do Palácio de Versalhes, fato que fez com que o castelo ganhasse o apelido de Versalhes de Lorena (TORNATORE, 2010). Ainda que sua relevância para a história e cultura do povo francês já tivesse sido considerada, o castelo ainda não era registrado como patrimônio do país.

Os acontecimentos narrados por Tornatore baseiam-se, em especial, em pesquisa coletiva que o autor orientou, observando os eventos que se sucedem a partir do incêndio acidental que atingiu o castelo em 2003, sob a ótica de um caso de emoção patrimonial. Tal pesquisa atenta-se à notícias, eventos, mas, principalmente, à cartas de apoio ao castelo e à comunidade que se organiza em torno dele.

Como relatado, o castelo estava ocupado pelo museu da cidade e pela sede de um regimento do exército, sendo, para municipalidade, não somente um monumento, mas um espaço de convivência, local de eventos importantes para a comunidade, famílias e indivíduos, uma vez que ali eram realizados casamentos, batizados, entre outros. Como Tornatore (2010) afirma, o castelo foi uma espécie de “casa do povo”.

O incêndio atingiu o museu, que perdeu a maior parte de suas coleções, dentre essas as faianças, referencial para os habitantes locais. O setor militar foi destruído, incluindo uma galeria de mostrava o passado militar de Luneville, e ainda a biblioteca, que contava com mais de 8000 obras. Assim, observa-se que o acontecido trouxe impacto patrimonial para a nação. Entretanto, o que o autor destaca é a perda de um lugar de convivência da comunidade, de lembranças, em uma dicotomia entre uma “emoção fundada sobre uma apreensão estética e/ou histórica, e uma emoção vinculada a uma memória biográfica, uma ligação pessoal associada a uma lembrança” (TORNATORE, 2010, p. 10).

Nas cartas observadas, Tornatore pode perceber a existência de dois sentimentos, duas emoções patrimoniais, em relação ao castelo e ao incêndio: um de cunho histórico e, em partes,



material, da perda do monumento representativo para a nação, apresentada, normalmente, por indivíduos que não estavam integrados à comunidade local; e outro que se fixa às lembranças, ao espaço que é histórico, mas também é de construção de memória, de acontecimentos que reúnem pessoas. Assim, é possível observar nesse caso duas relações com o passado, uma que refere-se a ele como patrimônio, e outra como memória (TORNATORE, 2010). O autor até afirma que o castelo é um lugar de memória, não a partir do sentido histórico, de um lugar onde a memória se cristaliza e se refugia (NORA, 1993), mas de um lugar que é “tomado pela memória” (TORNATORE, 2010).

O incêndio acidental atraiu olhares para Luneville, sendo que o castelo, apesar de seu valor histórico e patrimonial inegável, não havia passado pelo processo de valoração patrimonial por ser um monumento que estava em dificuldade de patrimonialização, em especial pelo uso que era dado ao mesmo pela comunidade. Nesse processo, a primeira etapa seria a separação do castelo como patrimônio do castelo como lugar tomado pela memória. Essa separação em Luneville traz um estranhamento à comunidade, pois agora somente poderia experienciar ali o passado, não mais vivenciar o presente.

Pode-se afirmar, a partir da análise de Tornatore (2010) que essa perspectiva, de diferentes nuances que o bem obtém no convívio com a comunidade, só poderia ser observada através de uma análise participativa, do *expert* que integra-se aos locais. Assim, a contribuição do pesquisador na valoração patrimonial está menos para participar da elaboração da norma patrimonial, e mais para aferir uma sensibilidade viva às formas de resistência a todas as formas de dominação – sendo o patrimônio uma delas (TORNATORE, 2010).

Essa integração levada pelo processo de valoração que é feito de maneira participativa observa que as memórias, e o posicionamento da população, não é unânime. Daí Prats (2006) propõe o patrimônio, e o processo de patrimonialização, como um fórum, que possibilite que essas “adaptações da memória” sejam identificadas, e que exista uma “carvoeira”, onde essas possam ser eliminadas. Assim, a memória pode ser compreendida em sua complexidade e refletida nos seus diversos suportes.

A comunidade, assim, deve ser integrada ao processo de patrimonialização porque é ela que vai manter a dinâmica que ali será constituída. Prats (2005) propõe passos para que esse



aprendizado aconteça, sendo esses a organização de exposições temporárias e o retorno de instalações à comunidade. As exposições temporárias, organizadas durante o processo de valoração, trazem sentido e visibilidade ao trabalho que se está fazendo sobre o patrimônio, provocam a unidade do grupo, levantando, aí, a importância dos agentes culturais locais, e trazendo a necessidade da participação da comunidade para gerar o compartilhamento de lembranças ou o empréstimo de objetos ou documentos (PRATS, 2005). Já o retorno de instalações à comunidade, uma vez que o processo de valoração patrimonial transforma o espaço local com incidência patrimonial e memorial, ocorre não somente através da restauração e conservação de edificações, mas também na reativação de nomes e memórias de lugares da região, como praças, ruas, casas. Assim é possível “resgatá-los do anonimato e devolvê-los a sua natureza de espaço vivo¹³” (PRATS, 2006, p. 30). Esse retorno à vida não está somente na materialidade, uma vez que um processo de patrimonialização que integre a comunidade local deve considerar suas práticas tradicionais, manifestações e celebrações. Tal processo deve buscar, em um plano ideal, que esses espaços sejam integrados à comunidade seguindo suas funções originais, ainda que acompanhando transformações do presente. Quando não é possível que os lugares tenham seu uso original, o ideal seria que tivessem um uso social, que tragam algum retorno à população.

CONCLUSÃO

Em suma, pode-se perceber que a patrimonialização de bens patrimoniais é influenciada pelas conjecturas atuais, pelas especificidades dos bens e de seus usos, pelas condições de memória e identidade envolvidas, pelos conflitos de interesses em jogo, os usos da espetacularização (com a ponderação de seus riscos e vantagens), e pela própria memória no interior das comunidades e os referentes que essas fixam suas identidades. Françoise Choay (2006) chega a perceber que o processo de patrimonialização é um risco ao qual é colocado o patrimônio histórico, já que vislumbra essas questões a partir da materialidade dos bens patrimoniais, vendo esses como a possibilidade de presenciar uma “memória viva”. Assim, a autora teme as “metamorfoses” que tal processos provocam nos bens patrimoniais, podendo essas estarem nos usos que são dados ao espaço, na interferências de guias que apresentam o

¹³ Tradução livre da autora. Texto original: “rescatarlos del anonimato y devolverles su naturaliza de espacio vivido” (PRATS, 2006, p. 30).



monumento, nos shows de luzes e sons agregados, entendendo-os como “dificultantes” do diálogo entre o visitante e o monumento.

Já Jean-Louis Tornatore (2010) observa esse panorama a partir de outras perspectivas. Primeiramente, diz que o especialista que vai analisar o contexto de um bem patrimonializável deve ter uma atitude participativa, entendendo aquela comunidade, aquele bem, e a convivência de ambos. Ainda se deve ponderar que cada caso é um caso, e que devem ser analisados de maneira específica. Assim, os procedimentos seguidos em um processo podem não ter o mesmo sentido em outro processo, pois é preciso “abrir a caixa preta do monumento”, perceber as várias formas em que a ativação de memória e a pragmática do patrimônio se dão em cada caso, e, para isso, não pode acontecer um processo preso a categorias simplificadoras e universalizantes. Do profissional que intermedia esse processo também se exigem novas capacidades, tais como a sensibilidade em entender o sentido que tem um bem patrimonial para a sua comunidade, tanto no passado como no presente, integrar essa comunidade no processo, não somente no estudo de suas memórias, mas no processo propriamente dito, no estudo e conservação do monumento, na organização desse como espaço turístico e espaço para experimentar a memória coletiva de uma comunidade.

Llorenç Prats (2005), por sua vez, percebe o processo de patrimonialização enfatizando suas aproximações com a política, o poder, e as questões econômicas. Afirma que a herança do passado ligada à acumulação de experiência cultural humana, em partes distanciando o patrimônio de seu conceito material, da “memória-viva” defendida por Choay (2006). Prats, ainda, vê o patrimônio cultural como uma potencial atividade econômica para a comunidade, uma vez que o processo de patrimonialização valorizará esse bem, atraindo o olhar de fora, que também é instigado pela presença das memórias da comunidade, e pela sua capacidade de representar uma identidade (PRATS, 2005).

Essas teorias levam à percepção de que, uma vez que os processos de patrimonialização são eminentes aos referentes e às memórias, sejam essas de comunidades, nações, ou do mundo como um todo, tais processos precisam ser enquadrados não apenas através de normativas, como forma de gestão, mas também por meio de outras estratégias de ação e captação desses valores. Isso possibilita que cada caso de patrimonialização seja analisado especificamente, e que se busque considerar a identidade das comunidades, além de dar subsídio à essas, para que



tenham no patrimônio uma forma de subsistência próxima de suas origens, tradições e, assim, de sua memória.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2006.
- PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, p. 63-76. 1998.
- FUNARI, Paulo Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, p. 17-35, 2005.
- PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p. 72-80, 2006.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente: séculos XVIII – XXI*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.
- TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.